

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
Notas Explicativas	49

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	89
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	92
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.284.105.562
Preferenciais	0
Total	2.284.105.562
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1	Ativo Total	2.026.599	2.014.418	1.960.487
1.01	Ativo Circulante	52.206	43.394	49.946
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.819	14.319	27.290
1.01.02	Aplicações Financeiras	12.500	5.093	0
1.01.03	Contas a Receber	23.237	18.972	18.445
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.237	18.972	18.445
1.01.03.02.01	Contas a Receber	23.202	18.972	18.408
1.01.03.02.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	35	0	37
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.669	1.722	1.276
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.669	1.722	1.276
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.788	2.443	2.505
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	193	845	430
1.01.08.03	Outros	193	845	430
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	12	64	99
1.01.08.03.02	Outros	181	781	331
1.02	Ativo Não Circulante	1.974.393	1.971.024	1.910.541
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	225.940	203.179	174.151
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	29.216	27.435	24.397
1.02.01.07	Tributos Diferidos	169.447	146.885	117.340
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	169.447	146.885	117.340
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	8.646	8.379	8.672
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.631	20.480	23.742
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	18.631	20.480	20.176
1.02.01.10.04	Diferido	0	0	3.566
1.02.03	Imobilizado	14.711	7.810	5.984
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.244	7.810	5.984
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.467	0	0
1.02.03.02.01	Direito de Uso (IFRS 16)	6.467	0	0
1.02.04	Intangível	1.733.742	1.760.035	1.730.406

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
1.02.04.01	Intangíveis	1.733.742	1.760.035	1.730.406

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2	Passivo Total	2.026.599	2.014.418	1.960.487
2.01	Passivo Circulante	248.454	187.266	168.195
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.541	6.720	7.139
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.541	6.720	7.139
2.01.02	Fornecedores	9.987	30.984	30.209
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.987	30.984	30.209
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	9.987	30.984	30.209
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.697	6.945	4.824
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.697	6.945	4.824
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	78.841	67.928	58.583
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	77.051	66.336	58.605
2.01.04.02	Debêntures	1.790	1.592	-22
2.01.05	Outras Obrigações	26.404	21.601	18.941
2.01.05.02	Outros	26.404	21.601	18.941
2.01.05.02.05	Cauções Contratuais de Fornecedores	10.197	12.182	12.607
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	8.105	6.788	3.643
2.01.05.02.07	Taxa de Fiscalização	1.276	1.228	1.189
2.01.05.02.08	Transações com Partes Relacionadas	2.884	1.403	1.502
2.01.05.02.11	Arrendamento Mercantil a Pagar (IFRS 16)	3.942	0	0
2.01.06	Provisões	121.984	53.088	48.499
2.01.06.02	Outras Provisões	121.984	53.088	48.499
2.01.06.02.04	Provisão para Investimentos em Rodovias	65.815	0	21.516
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovias	56.169	53.088	26.983
2.02	Passivo Não Circulante	613.350	696.542	776.408
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	526.760	594.669	648.530
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	442.794	516.669	575.996
2.02.01.02	Debêntures	83.966	78.000	72.534
2.02.02	Outras Obrigações	40.043	0	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	37.146	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	37.146	0	0
2.02.02.02	Outros	2.897	0	0
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	114	0	0
2.02.02.02.11	Arrendamento Mercantil a Pagar (IFRS 16)	2.783	0	0
2.02.04	Provisões	46.547	101.873	127.878
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.386	4.443	5.365
2.02.04.02	Outras Provisões	40.161	97.430	122.513
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	35.635	31.321	80.695
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	4.526	66.109	41.818
2.03	Patrimônio Líquido	1.164.795	1.130.610	1.015.884
2.03.01	Capital Social Realizado	1.480.385	1.401.385	1.227.885
2.03.04	Reservas de Lucros	-315.590	-270.775	-212.001

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	452.322	471.586	491.343
3.01.01	Serviços Prestados	370.084	346.037	315.822
3.01.02	Receita dos Serviços de Construção	94.322	143.931	192.137
3.01.03	Receitas Acessórias	18.864	13.598	12.573
3.01.04	Deduções dos Serviços Prestados	-30.948	-31.980	-29.189
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-427.615	-466.934	-424.031
3.02.01	Custos dos Serviços Prestados	-333.293	-323.003	-231.894
3.02.02	Custos dos Serviços de Construção	-94.322	-143.931	-192.137
3.03	Resultado Bruto	24.707	4.652	67.312
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-26.572	-25.181	-25.103
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.330	-26.781	-26.075
3.04.02.01	Remuneração da Administração	-3.201	-3.168	-1.968
3.04.02.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.129	-23.613	-24.107
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.758	1.600	972
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.865	-20.529	42.209
3.06	Resultado Financeiro	-65.512	-67.790	-85.701
3.06.01	Receitas Financeiras	3.710	2.806	5.467
3.06.02	Despesas Financeiras	-69.222	-70.596	-91.168
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-69.199	-70.596	-91.168
3.06.02.02	Variação Cambial	-23	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-67.377	-88.319	-43.492
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	22.562	29.545	14.776
3.08.02	Diferido	22.562	29.545	14.776
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-44.815	-58.774	-28.716
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-44.815	-58.774	-28.716
3.99.01.01	ON	0,0199	0,0304	0,0201

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-44.815	-58.774	-28.716
4.03	Resultado Abrangente do Período	-44.815	-58.774	-28.716

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	146.989	106.942	87.585
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	212.296	177.827	148.374
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-44.815	-58.774	-28.716
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	130.807	120.593	108.781
6.01.01.03	Baixa de Ativos Permanentes	134	5.413	2.373
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-22.562	-29.545	-14.776
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-1.546	-1.609	-2.405
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias sobre Mútuos	760	0	16.406
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias sobre Empréstimos	49.135	56.746	61.418
6.01.01.09	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	6.099	6.282	4.388
6.01.01.10	Despesas (Receitas) Financeiras dos Ajustes a Valor Presente	11.337	5.926	6.707
6.01.01.11	Constituição (Reversão) de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	6.078	3.298	4.509
6.01.01.12	Constituição (Reversão) de Provisão para Manutenção	76.821	69.458	-10.311
6.01.01.16	Taxa de Fiscalização	48	39	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-61.373	-71.303	-62.069
6.01.02.01	Contas a Receber - Ativo	-4.230	-552	7.694
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas - Ativo	-35	37	-37
6.01.02.03	Impostos a Recuperar - Ativo	-722	595	2.572
6.01.02.05	Depósitos Judiciais - Ativo	268	-567	1.293
6.01.02.06	Fornecedores - Passivo	-7.799	-11.208	-7.142
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas - Passivo	1.596	491	-1.785
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores - Passivo	948	-4.101	-302
6.01.02.09	Obrigações Sociais - Passivo	821	-419	353
6.01.02.10	Obrigações Fiscais - Passivo	-145	672	-5.602
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar - Passivo	1.317	3.145	-1.639
6.01.02.18	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais - Passivo	-4.135	-4.363	-3.796
6.01.02.20	Pagamento de Juros - Federais - Passivo	-49.257	-55.033	-53.678
6.01.03	Outros	-3.934	418	1.280
6.01.03.02	Despesas Antecipadas - Ativo	-612	355	-59

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.03.04	Outros Créditos - Ativo	600	-450	1.053
6.01.03.08	Atualização Monetária de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	0	143	286
6.01.03.09	Custo de Transação - Empréstimo	467	370	0
6.01.03.11	Direito de Uso Pagos	-4.389	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-198.953	-237.451	-198.272
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-1.685	-2.556	-1.967
6.02.02	Aquisição de Itens do Intangível	-189.401	-227.332	-197.456
6.02.04	Aplicação Financeira	-2.962	-2.470	1.151
6.02.05	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	2.502	0	0
6.02.06	Aplicação Financeira	-7.407	-5.093	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	48.464	117.538	125.747
6.03.01	Captações de Empréstimos	0	0	51.865
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos - Principal	-64.093	-55.962	-52.618
6.03.06	Pagamentos de Debêntures - Principal	-2.943	0	0
6.03.08	Captações de Empréstimos de Empresas Ligadas	36.500	0	0
6.03.15	Aumento de Capital	79.000	173.500	126.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.500	-12.971	15.060
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.319	27.290	12.230
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.819	14.319	27.290

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610
5.04	Transações de Capital com os Sócios	79.000	0	0	0	0	79.000
5.04.01	Aumentos de Capital	79.000	0	0	0	0	79.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.815	0	-44.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.815	0	-44.815
5.07	Saldos Finais	1.480.385	0	0	-315.590	0	1.164.795

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	173.500	0	0	0	0	173.500
5.04.01	Aumentos de Capital	173.500	0	0	0	0	173.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-58.774	0	-58.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-58.774	0	-58.774
5.07	Saldos Finais	1.401.385	0	0	-270.775	0	1.130.610

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	706.001	0	0	-183.285	0	522.716
5.04	Transações de Capital com os Sócios	521.884	0	0	0	0	521.884
5.04.01	Aumentos de Capital	521.884	0	0	0	0	521.884
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-28.716	0	-28.716
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-28.716	0	-28.716
5.07	Saldos Finais	1.227.885	0	0	-212.001	0	1.015.884

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	485.095	505.531	521.586
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	370.084	346.037	315.822
7.01.02	Outras Receitas	115.011	159.494	205.764
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	94.322	143.931	192.137
7.01.02.02	Receitas Acessórias	20.689	15.563	13.627
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-276.944	-325.251	-296.611
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.332	-22.037	-22.944
7.02.04	Outros	-255.612	-303.214	-273.667
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-94.322	-143.931	-192.137
7.02.04.02	Custo dos Serviços Prestados	-64.217	-68.222	-70.619
7.02.04.03	Custo da Provisão de Manutenção	-76.821	-69.458	10.311
7.02.04.04	Custo da Concessão	-20.252	-21.603	-21.222
7.03	Valor Adicionado Bruto	208.151	180.280	224.975
7.04	Retenções	-130.807	-120.593	-108.781
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-130.807	-120.593	-108.781
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	77.344	59.687	116.194
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.283	5.887	9.190
7.06.02	Receitas Financeiras	3.710	2.806	5.467
7.06.03	Outros	3.573	3.081	3.723
7.06.03.01	Juros Capitalizados	3.596	3.081	3.723
7.06.03.02	Outros	-23	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	84.627	65.574	125.384
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	84.627	65.574	125.384
7.08.01	Pessoal	48.300	47.141	43.784
7.08.01.01	Remuneração Direta	36.076	35.375	32.436
7.08.01.02	Benefícios	9.231	9.179	9.053
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.993	2.587	2.295
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.738	3.112	15.244
7.08.02.01	Federais	-10.452	-14.663	-969

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.08.02.02	Estaduais	1	0	1
7.08.02.03	Municipais	19.189	17.775	16.212
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	71.644	74.095	78.666
7.08.03.01	Juros	55.234	63.027	65.806
7.08.03.02	Aluguéis	108	1.233	1.181
7.08.03.03	Outras	16.302	9.835	11.679
7.08.03.03.02	Juros Capitalizados BNDES	612	875	1.340
7.08.03.03.03	Juros Capitalizados Debêntures	2.984	2.206	2.383
7.08.03.03.06	Outras	12.706	6.754	7.956
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-44.815	-58.774	-28.716
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-44.815	-58.774	-28.716
7.08.05	Outros	760	0	16.406
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	760	0	16.406

(Reais Mil)

Código da
Conta

Descrição da Conta

Último Exercício
01/01/0001 à 01/01/0001

(Reais Mil)

Código da
Conta

Descrição da Conta

Último Exercício
01/01/0001 à 01/01/0001



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, os parceiros, os investidores e os usuários, a responsabilidade social da Autopista Fernão Dias.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Autopista Fernão Dias foi constituída em 19 de dezembro 2007 com suas operações iniciadas em 15 de agosto de 2008, sendo o contrato de concessão, que abrange o trecho da rodovia BR-381 SP/MG que liga São Paulo/SP a Belo Horizonte/MG. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração sob forma de concessão de serviço público precedido de obra pública, para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias de todo o sistema rodoviário do lote concedido, com direito a cobrança de pedágio pelo prazo de 25 anos.

Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Autopista Fernão Dias são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. Ao longo do ano de 2019 a tarifa praticada para veículos de passeio foi de R\$ 2,40 e para as demais categorias, conforme demonstrado na tabela da seção Indicadores Operacionais – sub item (d) Aspectos Financeiros.

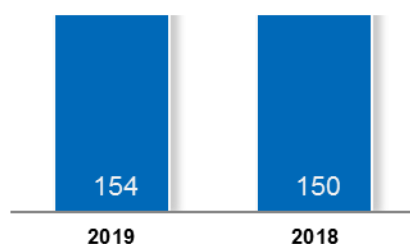
Em 2019, o tráfego pedagiado totalizou 154,1 milhões de veículos equivalentes, volume este superior em 2,6% em relação ao registrado no ano anterior (150,2 milhões). Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados, principalmente a atividade econômica brasileira, o que inclui melhora nos níveis de produção industrial e agrícola.

A receita operacional bruta da Companhia atingiu a marca de R\$ 483,3 milhões com as atividades de transporte rodoviário, com redução de 4% sobre o obtido em 2018 de R\$ 503,6 milhões.



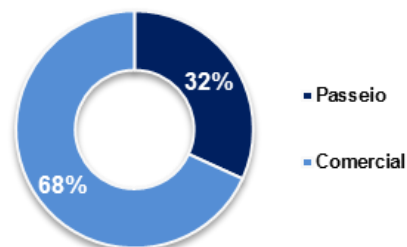
Tráfego Pedagiado

Veiculos Equivalentes (milhões)



Composição do tráfego

Ano 2019



A receita de pedágio registrou R\$ 370 milhões em 2019, uma variação de 7% em relação à 2018, quando totalizou R\$ 346 milhões. A variação positiva se deve, basicamente, ao reajuste da tarifa e crescimento no tráfego pedagiado.

A receita de obras registrou R\$ 94,3 milhões em 2019, contra R\$ 144 milhões registrada em 2018, representando uma variação de 34,5%. Essa redução ocorreu em decorrência do menor volume de obras executadas ao longo da rodovia, em cumprimento ao cronograma de obras.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 18,9 milhões em 2019, o que representa 4% da receita bruta.

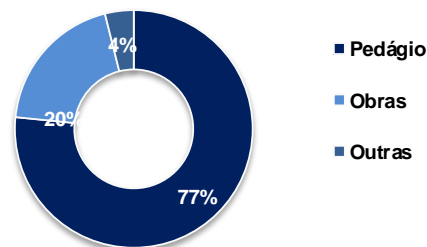
No ano de 2019, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 452 milhões, uma redução de 4% em relação ao ano de 2018.

Receita Bruta (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta

Ano 2019





Investimentos

Durante o ano de 2019, foram investidos R\$ 191.086 milhões. Estes valores, quando adicionados aos R\$ 229.888 milhões realizados em 2018, perfazem o montante de R\$ 420.975 milhões realizados na implementação do plano de investimentos da companhia no processo de recuperação, ampliação e modernização do sistema da rodovia.

Investimentos

	Investimentos - R\$ milhões		
	2019	2018	%
Conserva Especial da Rodovia	116.084	179.646	-35%
Operação, ampliações e melhoramentos na Rodovia	64.140	27.422	134%
Outros	10.862	22.820	-52%
Total	191.086	229.888	

Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da obra de Melhoria de Acesso do km 791+630 no município de São Gonçalo do Sapucaí/MG.

Captações de Recursos

Para viabilizar os investimentos e fazer frente às obrigações de manutenção e operação, a Concessionária recebeu de seu acionista controlador – Arteris S.A. um total de R\$ 115,5 milhões, dos quais R\$ 36 milhões foram através de empréstimos intercompany e R\$ 79 milhões através de aumento e integralização de capital social.



Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Concessionária foi de R\$ 77.344 milhões, representando 16% da Receita Operacional Bruta, o que representa um aumento de 29,6% em relação a 2018, em que o valor adicionado foi de R\$ 59.687 milhões representando 12% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Nos anos em que há lucro apurado, os dividendos são deliberados em Assembleia Geral Ordinária realizada após a divulgação do resultado do exercício.

Entretanto, não houve a distribuição de dividendos previstos, uma vez que a Concessionária não registrou lucro líquido no exercício findo de 2019.

Planejamento Empresarial

O êxito que as Concessionárias vêm obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2019, as atividades relacionadas com a gestão pela qualidade total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, qualidade de gestão e o gerenciamento da rotina em diferentes áreas das Unidades de Negócios.

Recursos Humanos

Em 2019, a Concessionária investiu R\$ 76.866 mil (R\$ 56.851 em 2018) em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, a fim de manter a Concessionária a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais.



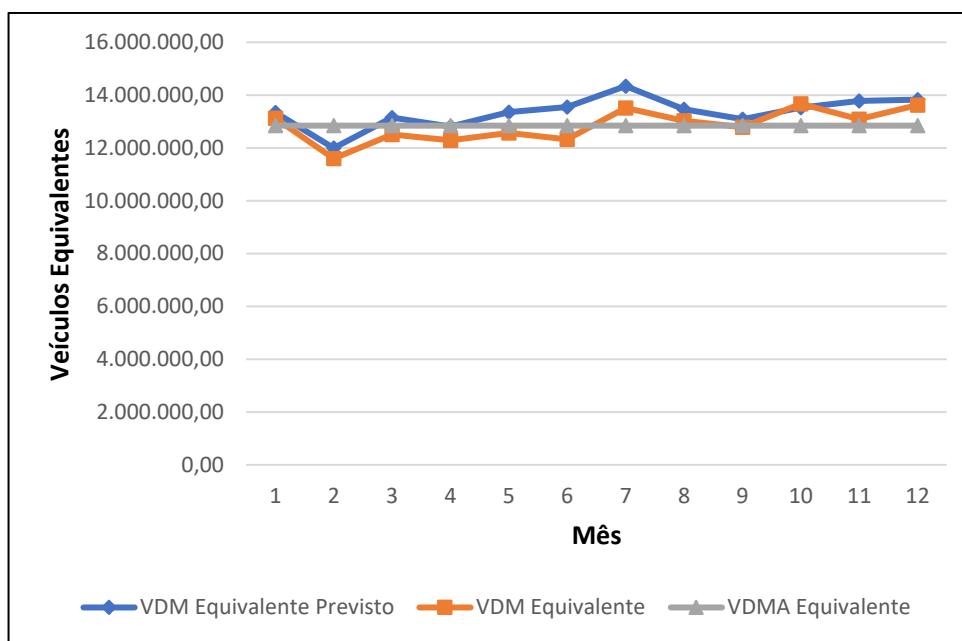
Indicadores Operacionais

a) Caracterização do Tráfego

Volume

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

Variação mensal do volume – 2019

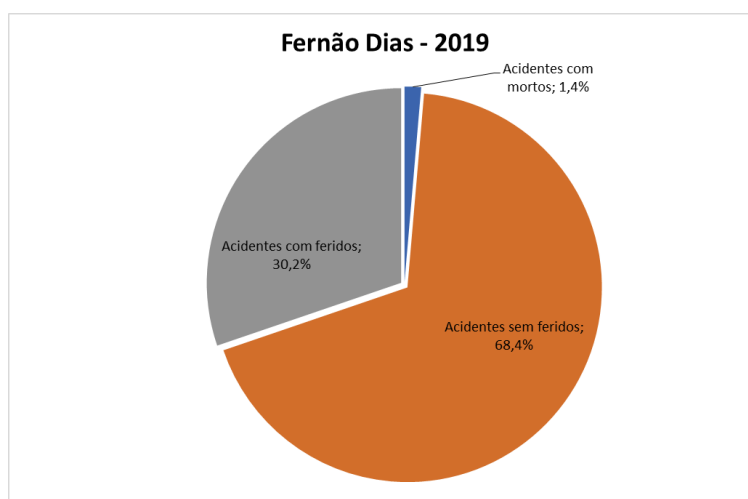


b) Segurança no Trânsito

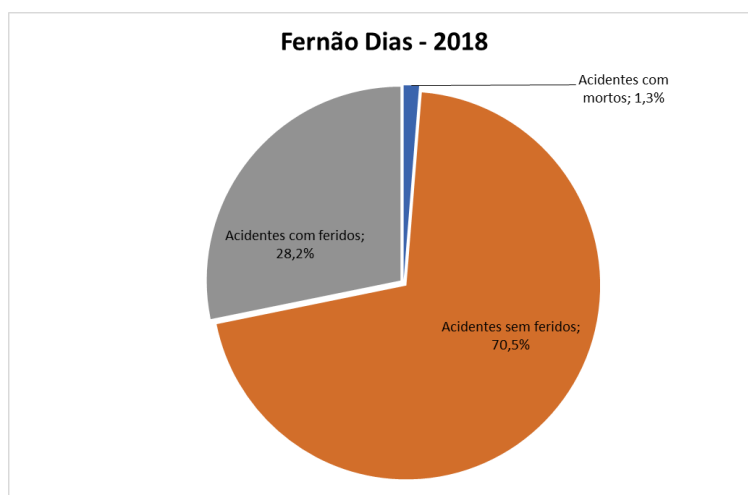
Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2019

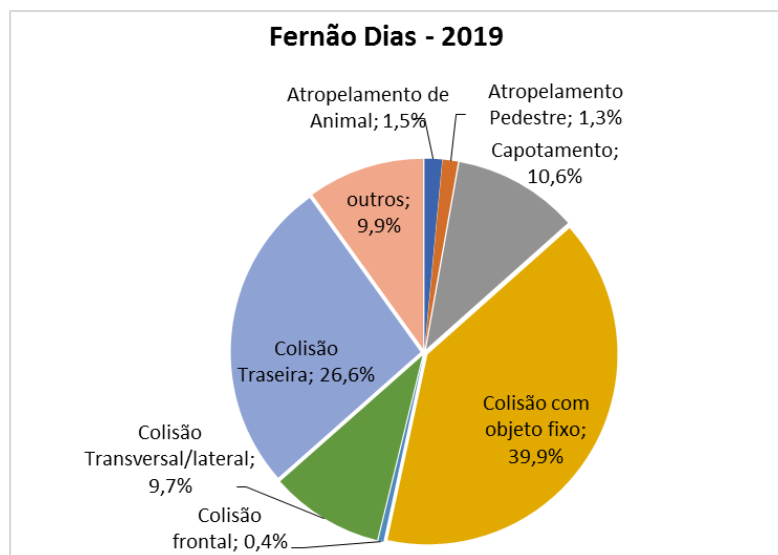


Percentual de acidentes por gravidade em 2018

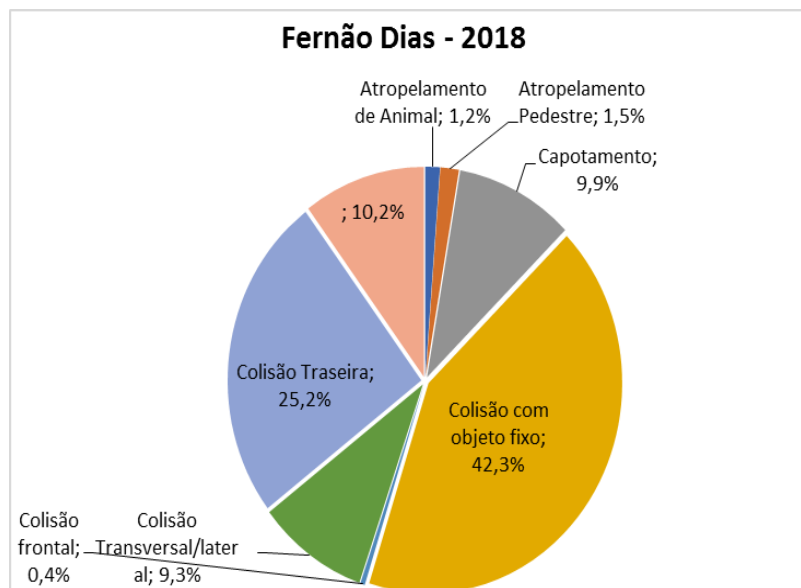


A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

Acidente por tipo em 2019



Acidente por tipo em 2018





c) Dados de Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/562,1km
Viatura de Inspeção	13	2,31
Guincho Leve	14	2,49
Guincho Pesado	6	1,07
Guincho PIPA	3	0,53
AC - Ambulância Stand	12	2,13
AD - Ambulância UTI	6	1,07
Caminhão Guindauto	3	0,53
Caminhão Papa cone	1	0,18
Mini-pá carregadeira	0	0,00
Moto	2	0,36
Total de veículos operacionais	60	10,67
Administração	36	6,40
Pedágio	3	0,53
Caminhonete ANTT	3	0,53
Balança	0	0,00
Tráfego	3	0,53
Segurança de trabalho	3	0,53
Manutenção	1	0,18
Faixa de domínio	1	0,18
Total de veículos de apoio	50	8,90
Total de veículos	110	19,57



Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na concessão

Tipo de pessoas	Quantidade	Qtde/10.000
ANALISTA DE CCA JR	2	0,13
ANALISTA DE TRAFEGO JR	2	0,13
AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	5	0,32
COORDENADOR DE TRAFEGO	3	0,19
ENFERMEIRO	33	2,14
GERENTE DE OPERACOES	1	0,06
INSPETOR DE TRAFEGO	60	3,89
INSPETOR DE TRÁFEGO MOTOCICLISTA	2	0,13
MÉDICO	44	2,85
OPERADOR DE BALANCA	32	2,08
OPERADOR DE CCA	7	0,45
OPERADOR DE CCO	16	1,04
OPERADOR DE GUINCHO	58	3,76
OPERADOR DE GUINCHO PESADO	32	2,08
OPERADOR DE PIPA	12	0,78
OPERADOR DE TRAFEGO	1	0,06
SOCORRISTA	187	12,13
SUPERVISOR DE BALANCA	10	0,65
SUPERVISOR DE CCA	1	0,06
SUPERVISOR DE TRAFEGO	3	0,19
Total Tráfego	511	33,15
OPERADOR DE PEDAGIO	367	23,81
CONTROLADOR DE PEDAGIO I	31	2,01
CONTROLADOR DE PEDAGIO II	3	0,19
SUPERVISOR DE ARRECADAÇÃO	3	0,19
Total Arrecadação	404	26,21
TOTAL GERAL	915	59,36



d) Aspectos Financeiros

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão. O valor correspondente à receita obtida com pedágios se refere a renda adquirida com os pedágios e com outras fontes de receitas, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

Receita (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulada
Receita	483.270	4.869.005

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulada
Investimentos	191.086	2.456.967

Custos Operacionais (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulada
Custos Operacionais	323.380	3.740.205

Os custos e despesas operacionais (excluídos a depreciação e amortização) da Companhia totalizaram R\$ 323,4 milhões em 2019, ante R\$ 371,5 milhões em 2018, redução de 13%. Essa redução ocorreu em decorrência do menor custo de construção em virtude da redução de obras executadas ao longo da rodovia.

Com relação aos custos e despesas com efeito caixa, o total foi de R\$ 158 milhões em 2019, uma redução de 6% em comparação ao ano anterior, quando totalizou R\$ 167,5 milhões, a principal causa dessa variação foi a redução no custo de pessoal, a concessionária passou por reestruturação no seu quadro funcional, se adequando a nova estrutura.



A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base.

ISS repassados (em R\$ mil)

	Em 2019	Acumulada
ISS	26.447	203.831

Ebitda e Ebitda Ajustado (em R\$ Mil)

EBITDA e EBITDA Ajustado			
(Em milhares de reais)			
	2019	2018	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	452.322	471.586	-4%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(323.381)	(371.522)	-13%
EBITDA ¹	128.941	100.064	29%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	76.821	69.458	11%
EBITDA Ajustado ²	205.762	169.522	21%

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.



Endividamento (em R\$ mil)

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2019	31/12/2018	Var%
Dívida Bruta	642.746	662.597	-3%
Curto Prazo	78.840	67.928	16%
Longo Prazo	563.906	594.669	-5%
Posição de Caixa	10.819	14.319	-24%
Caixa e equivalentes de caixa	2.497	3.647	-32%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	8.322	10.672	-22%
Dívida Líquida	631.927	648.278	-3%

¹ Curto e longo prazos

A Concessionária está empenhada no equacionamento de sua estrutura de capital, em busca da viabilidade para a execução do seu plano de investimentos. Dessa forma, a companhia sempre atua para estruturar financiamentos compatíveis com o empreendimento rodoviário.

Lucro/Prejuízo Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2019 com prejuízo líquido de R\$ 44.8 milhões, uma redução de R\$ 14 milhões frente ao resultado de R\$ 58.7 milhões registrado no exercício de 2018. A redução foi motivada, principalmente pela melhora no tráfego pedagiado e aumento da tarifa.

Lucro/Prejuízo Líquido (R\$ milhões)





Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$)

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de veículo								
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
P1 Norte - Defasada (Mairiporã)	Unidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P1 Norte (Mairiporã)	Unidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P1 Sul (Mairiporã)	Unidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P2 (Vargem)	Bidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P3 (Cambuí)	Bidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P4 (São Gonçalo)	Bidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P5 (Carmo da Cachoeira)	Bidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P6 (Santo Antônio do Amparo)	Bidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P7 (Carmópolis de Minas)	Bidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20
P8 (Itatiaiuçu)	Bidirecional	2,40	4,80	3,60	7,20	4,80	9,60	12,00	14,40	1,20

Concessionária em números

Tabela - Rodovias			
Dados anuais e por empresa		Unidade de medida ou comentário	
Quilômetros de rodovia		562,1 quilômetros	
	Tipo	Nº	%
Número de veículos que transitaram	CAT-01	47.925.755	63%
	CAT-02	5.893.662	8%
	CAT-03	202.191	0%
	CAT-04	6.261.593	8%
	CAT-05	34.421	0%
	CAT-06	4.462.855	6%
	CAT-07	3.321.846	4%
	CAT-08	6.168.801	8%
	CAT-09	1.393.748	2%
	TOTAL	75.664.872	100%



Número de praças de pedágios	10 praças de pedágio:
	P1 Norte – Defasada (Mairiporã)
	P1 Norte (Mairiporã)
	P1 Sul (Mairiporã)
	P2 (Vargem)
	P3 (Cambuí)
	P4 (São Gonçalo)
	P5 (Carmo da Cachoeira)
	P6 (Santo Antônio do Amparo)
	P7 (Carmópolis de Minas)
P8 (Itatiaiuçu)	

Tarifa	TABELA DE CATEGORIAS			
	VALOR DA TARIFA = 2,4			
	Descrição	Eixos	Categorias Fernão Dias	Tarifa Básica
	Automóvel, Caminhonete e Furgão	AUTO	1	2,4
	Caminhão leve, Ônibus, Caminhão Trator e Furgão	2D	2	4,8
	Automóvel semi-reboque e Caminhonete semi-reboque	3S	3	3,6
	Caminhão, Caminhão Trator semi-reboque, Ônibus, Caminhão Trator	3D	4	7,2
	Automóvel + reboque, e Caminhonete + reboque	4S	5	4,8
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	4D	6	9,6
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	5D	7	12
	Caminhão + reboque, e Caminhão Trator semi-reboque	6D	8	14,4
Motocicleta, Motonetas, Bicicletas motor e Triciclos	MOTO	9	1,2	



Fernão Dias

Número de quilômetros mantidos	Rodovia	Marcos km	Extensão linear	Km de pista proporcional
	BR 381/MG	478,2 - 949,9	471,7	943,4
	BR 381/SP	0,00 - 90,4	90,4	180,8
	Total			562,1

Índice de congestionamento	Rodovia	Nível A	Nível B	Nível C	Nível D	Nível E	Nível F
	BR-381/MG	25%	61%	9%	3%	1%	2%
	BR-381/SP	0%	0%	28%	46%	8%	17%
	BR-381 Contorno de Betim	0%	42%	58%	0%	0%	0%

Para a definição do Nível de serviço são considerados diversos dados, entre eles: velocidade permitida, VDM, velocidade média desenvolvida, quantidade de veículos leves e pesados, fluidez do tráfego, topografia do terreno, entre outras informações. O nível A corresponde ao melhor nível possível, e o F, ao pior.

Trânsito Médio Diário Equivalente	Mês	Média diária	%
	Jan	423.321	8%
	Fev	414.202	8%
	Mar	403.659	8%
	Abr	409.727	8%
	Mai	420.270	8%
	Jun	410.806	8%
	Jul	436.010	8%
	Ago	420.216	8%
	Set	426.302	8%
	Out	440.970	9%
	Nov	436.512	9%
	Dez	439.343	9%

Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	423.445
--	----------------



Fernão Dias

Equipes utilizadas pelo concessionário	Administrativo
	Jurídico
	Comunicação
	Meio Ambiente
	Centro de Controle Operacional
	Arrecadação
	Conservação (engenharia)
	Pavimentação (engenharia)
	Obras (engenharia)
	Projetos (engenharia)
	Manutenção Tecnológica (rodovia)
	Faixa de Domínio
	Segurança do Trabalho
Tráfego	

Índices de qualidade de estrada	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG		
	Parâmetro	ANO 11	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	88,00%	12,00%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/SP		
	Parâmetro	ANO 11	
		Atendem	Não Atendem
	Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%
	Irregularidade Longitudinal	70,00%	30,00%
	Autopista Fernão Dias – BR-381/MG-Contorno		
	Parâmetro	ANO 11	
		Atendem	Não Atendem
Percentual de Área Trincada - TR	100,00%	0,00%	
Irregularidade Longitudinal	44,00%	56,00%	



Receita de pedágio	370.084
---------------------------	---------

Custos associados às receitas de pedágio	323.380
---	---------

Fator Trabalho	Em 2019	Em 2018
Número de Trabalhadores	694	736
Despesa de Pessoal	45.098	43.972

Fator Capital	
Despesas de Depreciação	Método Linear
Ativo Líquido	23.319
Ativo Bruto	2.026.599
Série Histórica dos Investimentos	2.456.967
Custo de Oportunidade do Capital	Conforme variáveis de mercado

Fatores Intermediários	
Despesas em Administração	12.543
Despesas em Manutenção	2.282
Outras Despesas	-



Seguridade			
Quantidade de Acidentes	Com danos materiais	4.906	
	Com vítimas feridas	2.170	
	Com vítimas fatais	98	

Indicadores	
Receita por KM	860
Custo por KM	575



Balanço Social

	2019			2018		
1 - Base de cálculo						
Faturamento Bruto						
	483.270			503.566		
Receita líquida (RL)	452.322			471.586		
Resultado operacional (RO)	-67.377			-88.319		
Folha de pagamento bruta (FPB)	22.937			22.425		
Folha de pagamento bruta - total remunerações	22.937			22.425		
Folha de pagamento bruta - total pago a empresas prestadoras de serviços	N/A			N/A		
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
2 - Indicadores sociais internos						
Alimentação	4.469	19%	1%	4.514	20%	1%
Encargos Sociais	9.999	44%	2%	9.889	44%	2%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	4.054	18%	1%	3.928	18%	1%
Segurança e Saúde no trabalho	300	1%	0%	396	2%	0%
Educação	64	0%	0%	70	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	77	0%	0%	57	0%	0%
Creches ou auxílio creche	398	2%	0%	425	2%	0%
Participação nos lucros ou resultados	2.712	12%	1%	2.222	10%	0%
Outros	248	1%	0%	243	1%	0%
Total - Indicadores sociais internos	22.321	97%	5%	21.744	97%	5%



Fernão Dias

3 - Indicadores sociais externos

Educação	218	1%	0%	338	2%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	218	1%	0%	338	2%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	30.496	133%	7%	204.267	911%	43%
Total - Indicadores sociais externos	30.714	134%	7%	204.605	912%	43%

4 - Indicadores ambientais

Investimentos relacionados com a produção/operação da

Concessionária:	98	0%	0%	111	0%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	-	0%	0%	-	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	98	0%	0%	111	0%	0%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar

resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:

(X) Não possui metas
() Cumpre de 0 a 50%
() Cumpre de 50 a 75%
() Cumpre de 75 a 100%

(X) Não possui metas
() Cumpre de 0 a 50%
() Cumpre de 50 a 75%
() Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional

N ^o de colaboradores ao final do período	694			736		
---	-----	--	--	-----	--	--



Tempo de serviço	8% até seis meses de seis meses a um 6% ano entre um e dois 10% anos entre dois e cinco 23% anos 53% mais de cinco anos	8% até seis meses de seis meses a um 6% ano entre um e dois 9% anos entre dois e cinco 28% anos 49% mais de cinco anos
Nº de admissões durante o período	148	152
Nº de demissões durante o período	192	211
Nº de colaboradores terceirizados	994	1.734
Nº de estagiários (as)	7	6
Nº de colaboradores com até 18 anos	2	1
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	82	89
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	511	540
Nº de colaboradores acima de 45 anos	108	112
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	337	356
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0%	0,28%
Remuneração paga a mulheres no período	6.411	6.559
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	58	6
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0,02%	16,67%
Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	31	9
Total de horas extras trabalhadas (quantidade horas)	123.168	126.989
Total de horas extras pagas (valor)	1.518	1.557
Total de INSS pagos	8.287	9.616
Total de FGTS pago	1.832	2.015
Total de Contribuição Sindical paga	0	0
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de IRRF recolhido no período	1.358	1.813
Total de ICMS recolhidos no período	0	0



Fernão Dias

Total de IRPJ recolhido no período	0	0
Total de CSLL recolhido do período	0	0
Total de PIS recolhidos no período	2.760	2.327
Total de COFINS recolhidos no período	12.739	10.739
Total de outros tributos recolhidos no período	19.045	17.630

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	51,09	46,31
Número total de acidentes de trabalho	5	7
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT



A previdência privada contempla:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção |
| <input type="checkbox"/> direção e gerenciais | <input type="checkbox"/> direção e gerenciais |
| <input type="checkbox"/> todos os colaboradores | <input type="checkbox"/> todos os colaboradores |
| <input checked="" type="checkbox"/> não se aplica | <input checked="" type="checkbox"/> não se aplica |

A participação nos lucros ou resultados contempla:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> direção | <input type="checkbox"/> direção |
| <input type="checkbox"/> direção e gerenciais | <input type="checkbox"/> direção e gerenciais |
| <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores | <input checked="" type="checkbox"/> todos os colaboradores |

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> não são considerados | <input type="checkbox"/> não são considerados |
| <input type="checkbox"/> são sugeridos | <input type="checkbox"/> são sugeridos |
| <input type="checkbox"/> são exigidos parcialmente | <input type="checkbox"/> são exigidos parcialmente |
| <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos | <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos |

Quanto à participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> não se envolve | <input type="checkbox"/> não se envolve |
| <input type="checkbox"/> apóia | <input type="checkbox"/> apóia |
| <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva | <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva |

% de reclamações e críticas solucionadas:

0% no PROCON	50% no PROCON
20% na Justiça	22% na Justiça

Valor adicionado total a distribuir

84.627

65.574

Distribuição do Valor Adicionado

10%	Governo
-52%	Acionistas
57%	Colaboradores
85%	Terceiros
0%	Retidos

5%	Governo
-90%	Acionistas
72%	Colaboradores
113%	Terceiros
0%	Retidos



Demais assuntos

a) Responsabilidade Social e Ambiental

Sustentabilidade

Para a Arteris, a sustentabilidade do negócio tem como objetivo oferecer soluções e grandes entregas aos seus acionistas, contribuindo para o desenvolvimento da infraestrutura brasileira, além de gerar valor para todos os seus stakeholders e comunidades próximas a sua operação.

Nesse contexto, em 2019 a Arteris iniciou um processo de revisão dos seus objetivos de sustentabilidade, mantendo o alinhamento com os ODS e com os principais desafios de negócio. Ao longo do ano, a companhia manteve sua atuação pautada nos pilares de integridade, crescimento e rentabilidade, pessoas, segurança, relações e diálogo, impacto social, e tecnologia e inovação.

Para 2020, a companhia tem como objetivo concluir a revisão dos objetivos e lançar novos compromissos de sustentabilidade.

Integridade

A integridade está no DNA da Arteris e em tudo o que ela faz. Atualmente, a companhia conta com um Programa de Integridade, cujo objetivo é garantir que todos os departamentos da companhia estejam igualmente alinhados com o tema, atuando dentro dos padrões da ética e com transparência.

Dentro do Plano de Sustentabilidade da Arteris, a integridade é o princípio fundamental para todas as ações do Grupo em seus mecanismos de controle, na implantação de políticas e práticas anticorrupção e no atendimento à legislação e regras. Constantemente, o Grupo apresenta suas práticas de governança perante o setor, a fim de ampliar os mecanismos de avaliação e controle de riscos de compliance.



Em 2019, a companhia teve destaque no primeiro Guia Exame de Compliance, sendo posicionada entre as 39 empresas mais bem avaliadas por suas práticas de compliance, além de figurar entre as quatro melhores no setor de infraestrutura. Esse resultado deve-se ao trabalho realizado pelo Programa de Integridade, cujo objetivo é preservar um ambiente de negócios ético e de confiança nas relações internas e externas da companhia.

No mesmo ano, a Arteris tomou duas novas medidas para reforçar suas práticas de compliance. A primeira foi o lançamento da Norma de Gestão de Ambiente de Trabalho Positivo. Por meio dela, a empresa passou a reforçar junto aos colaboradores e terceiros a responsabilidade perante os demais colegas de agir de forma proativa, colaborativa e íntegra para alcançarmos um ambiente de trabalho seguro, respeitoso, aberto e inclusivo, livre de discriminação, violência e assédio.

Adicionalmente, a companhia passou a aplicar seus treinamentos e compliance nas empresas contratadas, garantindo que todos os fornecedores sigam as mesmas diretrizes da Arteris no âmbito de compliance. Desde o início dessa iniciativa, 287 parceiros estratégicos foram treinados.

Crescimento e Rentabilidade

Ao longo dos anos, a Arteris tem se consolidado no setor como uma empresa focada em crescimento do negócio, tanto por meio de suas concessões existentes como pelo mapeamento de novas oportunidades no setor e pela excelência operacional.

Oferecer o melhor serviço aos usuários e buscar rentabilidade para seus acionistas são as premissas que norteiam as ações da empresa. Atualmente a Arteris conta com uma operação funcionando 24 horas, sete dias na semana, por meio de uma estrutura que contempla 165 guinchos, 101 ambulâncias e 1.600 câmeras de monitoramento.

Com isso, ano após ano o Grupo tem aprimorado processos e sinergia entre áreas, tornando o trabalho cada vez mais ágil, transformando a forma de gerenciar rodovias no país. Como exemplo dessa prática, em 2019 a Arteris Fernão Dias realizou o primeiro simulado com desvio de tráfego, como parte de seu plano de



contingência operacional, visando capacitar e integrar as equipes para atuarem em eventos de grande complexidade.

O cenário consistiu no tombamento de um caminhão, causando interdição total da pista. A partir disso, um intenso congestionamento se forma e não há previsão para liberação da rodovia. Para garantir a segurança dos usuários e dar fluidez ao tráfego, uma equipe da concessionária se mobiliza e inicia a operação, que começa pela retirada das defensas metálicas. Com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, o trânsito da pista sul passa a ser desviado para o sentido norte da BR-381, ocupando uma faixa da via.

A companhia tem se especializado cada vez mais em grandes operações, de forma que o sincronismo entre as pessoas envolvidas evite transtorno para os usuários e garanta a segurança de todos que trafegam na rodovia.

Pessoas

A Arteris conduz o desenvolvimento de seus colaboradores de forma que o crescimento pessoal e profissional de cada um estimule o crescimento do negócio. Reter talentos e engajar o público interno nos temas do negócio estão entre as prioridades estratégicas da companhia.

A companhia conta a com a Universidade Arteris de Desenvolvimento, uma plataforma para que todos os colaboradores façam treinamentos e cursos que auxiliem no desenvolvimento profissional de cada um, assim como em movimentações internas no Grupo. Em 2019, a UAD passou a contar com um aplicativo para smartphone, expandindo ainda mais o alcance de suas ações. Adicionalmente, foram 318 treinamentos disponibilizados no período.

Em outra frente do pilar de pessoas, a empresa trabalha constantemente para promover cidadania e humanizar o trânsito, por meio do projeto Escola Arteris. Com 18 anos de atuação ininterrupta, o projeto focou seus esforços em 2019 para o tema “distração”, a partir de uma série de campanhas e capacitação de educadores e alunos da rede pública. Além disso, foi lançada uma plataforma de gestão do projeto, para mensurar todas as atividades realizadas pelas escolas participantes. Ela recebeu mais de sete mil registros somente no primeiro ano.



Ao final de 2019, o Projeto Escola atingiu cerca de 8 mil educadores e 137 mil alunos. Para 2020, um dos objetivos é criar a versão digital do projeto, apostando em uma metodologia mais interativa para as instituições de ensino parceiras.

Com relação à empregabilidade, a Arteris vem trabalhando a igualdade de gênero como estratégia de diversidade. O Grupo encerrou 2019 com uma divisão de 53% de homens e 47% de mulheres entre seus colaboradores diretos. Considerando somente o board da companhia, existe a mesma proporção do número de mulheres em relação ao de homens.

Simultaneamente, a Arteris contribui para a geração de emprego nas regiões onde atua. No Contorno de Florianópolis, maior obra em curso da companhia, são mais de 1.300 operários ao longo de 34 quilômetros de obra.

Por último, a companhia reconhece a importância do universo acadêmico para o setor de infraestrutura. Em conjunto com a Fundação Abertis e com a Escola Politécnica da Universidade São Paulo, a empresa realiza a premiação da Cátedra Abertis no Brasil. Criada em 2003 pela Abertis e com incentivo da Fundação Abertis, a iniciativa consiste em organizar diferentes Cátedras em colaboração com universidades de renome e instituições acadêmicas nacionais e internacionais, com o objetivo de estimular trabalhos acadêmicos no campo dos Transportes e da Segurança Viária.

Segurança

O respeito à vida é parte integrante do Plano de Sustentabilidade da companhia, que tem como um dos principais desafios buscar zero fatalidades e liderar o debate para o desenvolvimento de ações conjuntas e estruturadas sobre o tema, fortalecendo a cultura de mobilidade segura na sociedade.

A empresa aderiu voluntariamente à “Década de Ação pela Segurança no Trânsito”, da ONU, que estabelece o objetivo de reduzir as mortes no trânsito pela metade até 2020. Com um ano de antecedência, o Grupo já atingiu 97% da meta.



Esse resultado deve-se a uma série de iniciativas adotadas pela Arteris, como os programas Viva, cujo objetivo é valorizar o ser humano por meio de ações de conscientização segmentadas para atender diferentes públicos. Atualmente, os programas impactam caminhoneiros, motociclistas, passageiros, pedestres, sociedade civil, ciclistas e empresas localizadas no entorno das rodovias da Arteris. Somente em 2019, foram mais de 64 mil pessoas participantes.

Para garantir a eficácia dos programas, cada concessionária planeja suas ações com base no PRA (Plano de Redução de Acidentes). Com isso, é possível atingir os públicos mais vulneráveis de cada localidade. Na Régis Bittencourt, por exemplo, mais de 1.300 lanternas e coletes refletivos foram distribuídos para andarilhos, com o objetivo de reduzir o número de atropelamentos.

A companhia conta ainda com a parceria da PMRV e PRF em ações de fiscalização contra o uso de álcool por parte de motorista, além da importância da conservação e manutenção preventiva em veículos.

Relações e Diálogo

Potencializar o relacionamento com stakeholders que permitam gerar valor compartilhado para o Grupo é uma prática de diferentes áreas da companhia, principalmente em assuntos relacionados à operação e eficiência ambiental, com foco na redução de impactos e identificação de oportunidades.

Em 2019, além do Twitter fornecendo informações em tempo real aos usuários, a área de ouvidoria e 0800 se destacou como importante ponto focal de prestação de serviço aos motoristas que trafegam pelas rodovias da Arteris. Do total de atendimentos, 48% das interações foram de usuários solicitando informações. Adicionalmente, foram mais de 1.100 elogios pelos serviços prestados, como bom atendimento dos arrecadadores e boa conservação do SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário.

Inovação e tecnologia

Conduzir todos os pilares sob uma perspectiva inovadora é a maneira que o Grupo enxerga para estimular melhoria de processos, identificar oportunidades de parceria e negócios, além de manter o protagonismo nas discussões do setor.



Em 2019, os usuários da ViaPaulista que utilizam o trecho entre Araraquara e Riversul passaram a contar com rede wi-fi como um novo recurso para tornar a experiência de trafegar pelas SPs 255 e 281 ainda mais segura. Essa tecnologia, fruto de meses de estudos e testes, permite a solicitação de socorro mecânico e pré-hospitalar por meio de alguns cliques no smartphone, sem que seja necessário sair do veículo para utilizar os call boxes.

Para suportar essa estrutura, além de todo conjunto operacional e praças de pedágio presentes nas rodovias que opera, a companhia implementou o NOC (Network Operations Center). Com o objetivo de garantir alto índice de disponibilidade das ferramentas de TI que suportam o negócio, a operação dessa central funciona 24 horas por dia, contando com o monitoramento contínuo de mais 250 mil itens que compõem a infraestrutura tecnológica. Este fato representa mais um passo da companhia na busca por um novo patamar de excelência operacional.

Impacto Social

Com relação às ações sociais, a companhia acredita na estratégia de alinhá-las ao ciclo de vida de suas empresas e respectivas localidades, a partir de uma política de investimento social com critérios claros.

A companhia patrocina importantes iniciativas de estímulo à cultura, como a escola do tradicional balé Bolshoi, em Joinville – a única unidade existente fora da Rússia – assim como o Projeto Guri, considerado o maior programa sociocultural brasileiro, fortalecendo a formação de crianças, adolescentes e jovens como indivíduos integrados positivamente em sociedade e que utilizam a cultura musical para difundir sua diversidade.

No âmbito do esporte, a Arteris esteve envolvida nas três edições da corrida Junta&Vai de 2019. O evento une pessoas por uma boa causa: o Programa Lacre Amigo Arteris, que reverte lacres de latas de alumínio em cadeiras de rodas, que são doadas para instituições parceiras.

Por fim, a Arteris apoiou com patrocínios incentivados como o Festival Chorando Sem Parar, a exposição de Julio González – Espaço e Matéria, além de apoiar a AACD, o Hospital de Câncer de Barretos, entre outros. Para saber mais, acesse <https://sustentabilidade.arteris.com.br/>.



b) Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.



Pouso Alegre, 20 de fevereiro de 2020.

A Administração

Diretoria

Andre Dorf
Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro/
Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor Superintendente

Maurício Teodoro de Souza
Contador
CRC – MG 076073-O-0

Conselho de Administração

Andre Dorf
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheira

Juan Gabriel Lopez Moreno
Conselheiro

Linomar Barros Deroldo
Conselheiro

Autopista Fernão Dias S.A.

Demonstrações Contábeis Referentes
ao Exercício Findo em 31 de Dezembro
de 2019 e Relatório dos Auditores
Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Autopista Fernão Dias S.A.

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 15 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 196.248 (R\$143.872 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus empréstimos e financiamentos classificados no circulante e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações contábeis da Sociedade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2020.

2. CONCESSÕES

A Autopista Fernão Dias S.A. é uma sociedade por ações, e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381- SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007.

A Sociedade está em plena operação desde 09 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65+559 P1-Norte e 66+572 P1-

Autopista Fernão Dias S.A.

Sul – Mairiporã-SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa.
- 94,26 km de vias laterais.
- 8,13 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.
- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 Bases de Serviços Operacionais – BSO's.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.
- Implantação de 8 trevos em desnível em pista dupla.
- Implantação de 208.681 metros de defensas metálicas.
- Implantação de 62.556 metros de barreiras de concreto.
- Implantação de 1 retorno operacional.
- Remodelação do Sistema Viário entre o km 88 ao km 90,4.
- Recomposição de Talude em Gabião no Contorno de Betim (fora da faixa) – Córrego Santo Antônio.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de dezembro, com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, além de inclusão e exclusão de pleitos tais como obras, impostos e serviços que garantam o reequilíbrio do contrato.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à Sociedade ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da taxa de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$7.916. A partir de 31 de dezembro de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$104.227 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

- (b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- (c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das

Autopista Fernão Dias S.A.

características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

- (d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- (e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.
- (f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- (g) O estatuto social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- (h) A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações contábeis para a ANTT e publicá-las.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$348.050 (R\$361.608 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$747.832 (R\$726.379 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio, e em 31 de dezembro de 2019 estas obras estão estimadas em R\$14.018 (R\$7.486 em 31 de dezembro de 2018), as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo preparado por peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- i. Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- ii. Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.

.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

Autopista Fernão Dias S.A.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

De modo a proporcionar um entendimento de como a Sociedade forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

Autopista Fernão Dias S.A.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações contábeis são:

4.1 Instrumentos Financeiros

Autopista Fernão Dias S.A.

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: mensurados ao valor justo por meio de resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado.

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria.

No caso da Sociedade, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis e classificados no ativo ou passivo, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas de "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

Custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

4.2 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.3 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a investimentos ou outros fins, sendo estes títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

4.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Autopista Fernão Dias S.A.

O ativo imobilizado é mensurado ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido as despesas das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Depreciação

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens demonstrada na nota explicativa nº 10, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

4.5 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo do contrato de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis é reconhecida no resultado linearmente com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações contábeis e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.6 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7 Custo de empréstimos

Autopista Fernão Dias S.A.

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.8 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, e partindo da estimativa da Sociedade de lucros tributáveis futuros.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 7.

4.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e que é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado o desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisão para investimentos

Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos

Autopista Fernão Dias S.A.

e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,40% ao ano em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Provisão para manutenção

Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 7,30% ao ano em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco.

Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

4.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

4.11 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de

Autopista Fernão Dias S.A.

competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.12 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.13 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 19.

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em anos anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

4.14 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante o exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.15 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

4.15.1 CPCs/ IFRSs novas e revisadas já emitidas, adotadas

Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações contábeis de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários

Autopista Fernão Dias S.A.

das demonstrações contábeis possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as demonstrações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram rerepresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade amortiza os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42% a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluídos os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Autopista Fernão Dias S.A.

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	Ajustes CPC 06	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	43.394	-	43.394
Não circulante	1.971.024	9.919	1.980.943
Direito de uso - IFRS 16	-	9.919	9.919
	<u>2.014.418</u>	<u>9.919</u>	<u>2.024.337</u>
Passivo			
Circulante	187.266	3.686	190.952
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	3.686	3.686
Não circulante	696.542	6.233	702.775
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	6.233	6.233
Patrimônio líquido	1.130.610	-	1.130.610
	<u>2.014.418</u>	<u>9.919</u>	<u>2.024.337</u>

ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

4.15.2 CPCs/ IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Sociedade não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações contábeis.

Autopista Fernão Dias S.A.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 17 - Contratos de Seguro	<p>O IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11). O IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios. O Modelo Geral utilizará premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensurará explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados. A norma é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021, sendo permitida a adoção antecipada. Ela é adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo. A minuta para exposição das Alterações à IFRS 17 endereça os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. Um dos principais desafios propostos é o adiamento da data de adoção inicial da IFRS 17 em um ano para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.</p>
IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações) (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.	<p>As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.</p>

Autopista Fernão Dias S.A.

Alterações à IFRS 3 - Definição de Negócios)	As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs ("produtos"), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos. Orientações adicionais ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido. As alterações introduzem um teste de concentração opcional que permite uma avaliação simplificada sobre se um conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio. De acordo com o teste de concentração opcional, o conjunto adquirido de atividades e ativos não é um negócio se substancialmente a totalidade do valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrada em um único ativo identificável ou grupo de ativos similares. As alterações são aplicáveis prospectivamente a todas as combinações de negócios e aquisições de ativos para os quais a data de aquisição cai no ou após o primeiro período anual de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações à IAS 1 e IAS 8 - Definição de Material	O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição de material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de "ocultação" de informações materiais com informações imateriais foi incluído como parte da nova definição. O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de "possível influência" para "possível influência razoável". A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual contendo uma definição de material ou faz referência ao termo "material" para garantir consistência. As alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.
Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS	Além da Estrutura Conceitual revisada, que entrou em vigor após a publicação em 29 de março de 2018, o IASB também emitiu as Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS. O documento contém alterações à IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32. Porém, nem todas as alterações atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações da estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Sociedade, objetivando a melhor apresentação de seus investimentos em "Fundos de Investimentos", anteriormente apresentados na rubrica de "Caixa e equivalente de caixa", entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de "Aplicações Financeiras" todo e qualquer título de investimento diferente de "LFT e CDB", sendo estes "Letra Financeira, NTN, LTN e, outros". Esta alocação reflete de forma mais acurada no que diz o "CPC 03 (R2)" e "CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019) – Item 10: Equivalente de caixa – LFT's" e propicia uma melhor apresentação quanto a sua posição de investimentos, adotando, portanto, uma mudança em sua política contábil anteriormente adotada.

Autopista Fernão Dias S.A.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Sociedade alterou suas políticas contábeis anteriormente adotadas por uma política contábil que melhor reflete sua posição de investimentos da Sociedade (pelos argumentos acima mencionados e em linha com o parágrafo 14 item “(b)” do respectivo CPC anteriormente mencionado) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos, em relação à aquelas originalmente emitidas.

Para fins comparativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o impacto se dará da seguinte forma:

- Reapresentação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018

ATIVO	Originalmente Apresentada 31.12.2018	Reclassificação	Reapresentado 31.12.2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	19.412	(5.093)	14.319
Aplicações financeiras	-	5.093	5.093
Contas a receber	18.972	-	18.972
Despesas antecipadas	2.443	-	2.443
Impostos a recuperar	1.722	-	1.722
Adiantamento a fornecedor	64	-	64
Outros créditos	781	-	781
Total do ativo circulante	<u>43.394</u>	<u>-</u>	<u>43.394</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	27.435	-	27.435
Despesas antecipadas	8.379	-	8.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos	146.885	-	146.885
Depósitos judiciais	20.480	-	20.480
Imobilizado	7.810	-	7.810
Intangível	<u>1.760.035</u>	<u>-</u>	<u>1.760.035</u>
Diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante	<u>1.971.024</u>	<u>-</u>	<u>1.971.024</u>
TOTAL DO ATIVO	<u><u>2.014.418</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.014.418</u></u>

Autopista Fernão Dias S.A.

Balço patrimonial de 1 de janeiro de 2018

ATIVO	Originalmente Apresentada 01.01.2018	Reclassificação	Reapresentado 01.01.2018
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	27.290	(16.150)	11.140
Aplicações financeiras	-	16.150	16.150
Contas a receber	18.408	-	18.408
Contas a receber - partes relacionadas	37	-	37
Impostos a recuperar	1.276	-	1.276
Despesas antecipadas	2.505	-	2.505
Outros créditos	430	-	430
Total do ativo circulante	49.946	-	49.946
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	24.397	-	24.397
Despesas antecipadas	117.340	-	117.340
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.672	-	8.672
Depósitos judiciais	20.176	-	20.176
Imobilizado	5.984	-	5.984
Intangível	1.730.406	-	1.730.406
Diferido	3.566	-	3.566
Total do ativo não circulante	1.910.541	-	1.910.541
TOTAL DO ATIVO	1.960.487	-	1.960.487

- Reapresentação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa - Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Autopista Fernão Dias S.A.

	Originalmente Apresentada 31.12.2018	Reclassificação	Reapresentado 31.12.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo líquido do período	(58.774)	-	(58.774)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	120.593	-	120.593
Baixa de ativos permanentes	5.413	-	5.413
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.545)	-	(29.545)
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	-	-	-
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(1.609)	-	(1.609)
Juros e variações monetárias sobre mútuos	-	-	-
Juros e variações monetárias de empréstimos	56.746	-	56.746
Juros e variações monetárias de debêntures	6.282	-	6.282
Despesa/(receita) financeira dos ajustes a valor presente	5.926	-	5.926
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	3.298	-	3.298
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	143	-	143
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	69.458	-	69.458
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(552)	-	(552)
Contas a receber - partes relacionadas	37	-	37
Despesas antecipadas	355	-	355
Impostos a recuperar	595	-	595
Outros créditos	(450)	-	(450)
Depósitos judiciais	(567)	-	(567)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	(11.208)	-	(11.208)
Fornecedores - partes relacionadas	491	-	491
Cauções contratuais de fornecedores	(4.101)	-	(4.101)
Obrigações sociais	(419)	-	(419)
Obrigações fiscais	672	-	672
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais	(4.363)	-	(4.363)
Taxa de Fiscalização	39	-	39
Custo de transação - empréstimo	370	-	370
Pagamento de juros	(55.033)	-	(55.033)
Outras contas a pagar	3.145	-	3.145
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	106.942	-	106.942
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(2.556)	-	(2.556)
Aquisições de itens do intangível	(227.332)	-	(227.332)
Aplicação financeira	-	(5.093)	(5.093)
Aplicações financeiras vinculadas	(2.470)	-	(2.470)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(232.358)	(5.093)	(237.451)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos empréstimo - principal	(55.962)	-	(55.962)
Aumento de Capital	173.500	-	173.500
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	117.538	-	117.538
REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.878)	(5.093)	(12.971)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	27.290	-	27.290
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	19.412	(5.093)	14.319

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam covenants.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
		Reapresentado
Caixa e contas bancárias	2.497	3.647
Fundos de investimentos (*)	8.322	10.672
Total	10.819	14.319
<u>Aplicações financeiras</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
		Reapresentado
Fundos de investimentos (**)	12.500	5.093
Total	12.500	5.093

Autopista Fernão Dias S.A.

* Cotas lastreadas em CDB, LFT e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

** Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente a, na média, 96,8% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (97,34% em 31 de dezembro de 2018). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (a)	17.911	15.355
Cupons de pedágio a receber	689	694
Cartões de pedágio a receber	94	104
Receitas acessórias a receber (b)	4.497	2.818
Outras receitas a receber	11	1
Total	<u>23.202</u>	<u>18.972</u>

(a) Conforme nota explicativa nº26.c

(b) Receita acessória referente ao uso da faixa de domínio para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que pode ocorrer em um período maior conforme renovação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio.

Autopista Fernão Dias S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(67.377)	(88.319)
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	22.908	30.028
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(346)	(483)
Total	<u>22.562</u>	<u>29.545</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	<u>22.562</u>	<u>29.545</u>
	<u>22.562</u>	<u>29.545</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	31.12.2019	31.12.2018
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	426.054	380.840
Provisão de participação nos lucros	2.546	2.362
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	6.386	4.443
Outras provisões	3.357	2.745
Provisão para manutenção de rodovias	91.804	84.409
Amortização acumulada de obras futuras	17.453	13.530
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	5.666	1.434
Pis e Cofins s/receitas	-	1.588
Arrendamentos - IFRS 16	258	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(159)	(129)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	553.952	491.809
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>188.344</u>	<u>167.215</u>
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	21.100	16.883
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(55.578)	(59.795)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(18.897)</u>	<u>(20.330)</u>
Base do imposto de renda e contribuição social	<u>169.447</u>	<u>146.885</u>
Impostos diferidos não constituídos		
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>169.447</u>	<u>146.885</u>

Autopista Fernão Dias S.A.

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2022	8.658
2023	11.397
2024	9.192
Após 2025	<u>159.097</u>
	<u><u>188.344</u></u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 51% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais, os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a soma das prestações pagas nos 3 (três) últimos meses, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo é de R\$29.216 (R\$27.435 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos em públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas a taxa média de 92,6% da variação do CDI.

Autopista Fernão Dias S.A.

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
<u>Custo direito de uso</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Adições	5.223	3.075	651	1.125	521	181	10.776
Saldo em 31.12.2019	<u>5.223</u>	<u>3.075</u>	<u>651</u>	<u>1.125</u>	<u>521</u>	<u>181</u>	<u>10.776</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(2.089)	(1.060)	(442)	(408)	(268)	(42)	(4.309)
Saldo em 31.12.2019	<u>(2.089)</u>	<u>(1.060)</u>	<u>(442)</u>	<u>(408)</u>	<u>(268)</u>	<u>(42)</u>	<u>(4.309)</u>
<u>Direito de uso líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	3.134	2.015	209	717	253	139	6.467
Taxas de amortização - a.a.	40%	34%	68%	36%	51%	24%	

(a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.

(b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.

(c) Refere-se a veículos administrativos.

(d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.

(e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.

(f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos

Autopista Fernão Dias S.A.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.593	1.723	5.582	4.064	13.962
Adições	66	1.232	183	204	1.685
Transferências/reclassificações	(6)	36	-	-	30
Alienações/baixas	(3)	(13)	-	(27)	(43)
Saldo em 31.12.2019	<u>2.650</u>	<u>2.978</u>	<u>5.765</u>	<u>4.241</u>	<u>15.634</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(797)	(713)	(3.840)	(802)	(6.152)
Depreciações	(353)	(202)	(492)	(228)	(1.275)
Alienações/baixas	20	14	-	3	37
Saldo em 31.12.2019	<u>(1.130)</u>	<u>(901)</u>	<u>(4.332)</u>	<u>(1.027)</u>	<u>(7.390)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.796	1.010	1.742	3.262	7.810
Saldo em 31.12.2019	1.520	2.077	1.433	3.214	8.244
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Autopista Fernão Dias S.A.

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.427	1.210	5.570	1.935	11.142
Adições	165	246	12	2.133	2.556
Transferências/reclassificações	2	360	-	185	547
Alienações/baixas	(1)	(93)	-	(189)	(283)
Saldo em 31.12.2018	<u>2.593</u>	<u>1.723</u>	<u>5.582</u>	<u>4.064</u>	<u>13.962</u>
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(570)	(710)	(3.168)	(710)	(5.158)
Depreciações	(229)	(83)	(672)	(228)	(1.212)
Transferências/reclassificações	-	-	-	(13)	(13)
Alienações/baixas	2	80	-	149	231
Saldo em 31.12.2018	<u>(797)</u>	<u>(713)</u>	<u>(3.840)</u>	<u>(802)</u>	<u>(6.152)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.857	500	2.402	1.225	5.984
Saldo em 31.12.2018	1.796	1.010	1.742	3.262	7.810
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

Autopista Fernão Dias S.A.

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	2.227.516	4.613	28.659	-	2.260.788
Adições	69.534	900	28.308	346	99.088
Transferências/reclassificações	8.327	-	(8.357)	-	(30)
Alienações/baixas	(161)	-	-	-	(161)
Saldo em 31.12.2019	<u>2.305.216</u>	<u>5.513</u>	<u>48.610</u>	<u>346</u>	<u>2.359.685</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(498.406)	(2.347)	-	-	(500.753)
Amortizações	(124.988)	(235)	-	-	(125.223)
Alienações/baixas	33	-	-	-	33
Saldo em 31.12.2019	<u>(623.361)</u>	<u>(2.582)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(625.943)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.729.110	2.266	28.659	-	1.760.035
Saldo em 31.12.2019	1.681.855	2.931	48.610	346	1.733.742
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

Autopista Fernão Dias S.A.

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	2.074.834	3.666	36.937	35	2.115.472
Adições	125.962	947	24.430	-	151.339
Transferências/reclassificações	32.196	-	(32.708)	(35)	(547)
Alienações/baixas	(5.476)	-	-	-	(5.476)
Saldo em 31.12.2018	<u>2.227.516</u>	<u>4.613</u>	<u>28.659</u>	<u>-</u>	<u>2.260.788</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(383.052)	(2.014)	-	-	(385.066)
Amortizações	(115.482)	(333)	-	-	(115.815)
Transferências/reclassificações	13	-	-	-	13
Alienações/baixas	115	-	-	-	115
Saldo em 31.12.2018	<u>(498.406)</u>	<u>(2.347)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(500.753)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.691.782	1.652	36.937	35	1.730.406
Saldo em 31.12.2018	1.729.110	2.266	28.659	-	1.760.035
Taxas de amortização - a.a.	5%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a obras em andamento tendo como a principal a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$ 3.596 (R\$ 3.081 em 31 de dezembro de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação aos valores principais das dívidas, em 2019 foi de 0,39% a.a. (0,34% a.a. em 2018).

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Autopista Fernão Dias S.A.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	66.781	520.599	587.380	59.042	580.281	639.323
Juros provisionados	49.747	-	49.747	57.622	-	57.622
Amortização de principal	(64.093)	-	(64.093)	(55.962)	-	(55.962)
Pagamento de juros	(49.257)	-	(49.257)	(53.603)	-	(53.603)
Transferência	74.321	(74.321)	-	59.682	(59.682)	-
	<u>77.499</u>	<u>446.278</u>	<u>523.777</u>	<u>66.781</u>	<u>520.599</u>	<u>587.380</u>
Custo de transação	(448)	(3.484)	(3.932)	(445)	(3.930)	(4.375)
Saldo final	<u>77.051</u>	<u>442.794</u>	<u>519.845</u>	<u>66.336</u>	<u>516.669</u>	<u>583.005</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	31.12.2019	31.12.2018
(a)	Fernão Dias	Real	Finame	6% a.a	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	-	117
(b)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05% a.a.	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	396.208	456.456
(b)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25% a.a.	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	127.569	130.807
							<u>523.777</u>	<u>587.380</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	82.227
2022	89.333
2023	97.054
2024	70.880
Após 2025	<u>106.784</u>
	<u><u>446.278</u></u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações

Autopista Fernão Dias S.A.

(+) Provisão para imposto de renda
contribuição social
(+) Outras despesas/receitas líquidas
não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
 - ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e
 - iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo o BNDES tenha autorizado previamente.
- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

A Sociedade está cumprindo as cláusulas restritivas na data das demonstrações contábeis.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

Moeda local	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.614	78.149	79.763	-	72.706	72.706
Juros provisionados	6.081	3.002	9.083	4.490	3.997	8.487
Amortização de principal	(2.943)	-	(2.943)	-	-	-
Pagamento de juros	-	-	-	(1.430)	-	(1.430)
Transferência	(2.940)	2.940	-	(1.446)	1.446	-
	<u>1.812</u>	<u>84.091</u>	<u>85.903</u>	<u>1.614</u>	<u>78.149</u>	<u>79.763</u>
Custo de transação	(22)	(125)	(147)	(22)	(149)	(171)
Saldo final	<u>1.790</u>	<u>83.966</u>	<u>85.756</u>	<u>1.592</u>	<u>78.000</u>	<u>79.592</u>

Autopista Fernão Dias S.A.

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53% a.a	set/26	85.903	79.763
				<u>85.903</u>	<u>79.763</u>

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
4ª emissão - Série única	15.05.2016	65.000	1.000	14.11.2016	67.540
		<u>65.000</u>			<u>67.540</u>

Em 31 de dezembro de 2019 as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das debêntures apresentam vencimento após 2022.

As debêntures da 4ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As escrituras de emissão da 4ª emissão da Sociedade possuem as mesmas cláusulas restritivas do contrato com o BNDES apresentada na Nota Explicativa de Empréstimos e Financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

14. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de R\$ 9.987 (R\$30.984 em 31 de dezembro de 2018), refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$ 10.197 (R\$12.182 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

15. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A Sociedade chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas médias de crédito observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Sociedade, a taxa obtida foi de 8,42% a.a.

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

Autopista Fernão Dias S.A.

	31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	4.543	6.233	10.776
Utilização	(4.769)	-	(4.769)
Ajuste a valor presente - AVP	718	-	718
Transferência	3.450	(3.450)	-
	<u>3.942</u>	<u>2.783</u>	<u>6.725</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2021	2.645
2022	124
2023	14
	<u>2.783</u>

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	31.12.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Outros	2	3
	<u>2</u>	<u>3</u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$ 4.389.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Autopista Fernão Dias S.A. é uma sociedade por ações constituída no Brasil. Seu capital é exclusivamente nacional e é uma subsidiária integral da Arteris S.A., sendo a Arteris S.A. detentora de 100% do seu capital social. Por sua vez a Arteris S.A. é uma empresa brasileira constituída sob a forma de sociedade por ações e devidamente registrada como companhia aberta perante a CVM. A Arteris S.A. é uma holding não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias.

A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo o seus acionistas diretos a holding não financeira espanhola Participes en Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a holding brasileira PDC Participações S.A.. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo o controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

Autopista Fernão Dias S.A.

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras e despesas administrativas.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Fluminense S.A. (a)	35	-
Total do ativo circulante	<u>35</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	2.692	1.308
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Autovias S.A. (b)	62	-
Centrovias S.A. (b)	62	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	68	95
Total do passivo circulante	<u>2.884</u>	<u>1.403</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.	37.146	-
Total do passivo não circulante	<u>37.146</u>	<u>-</u>

	PERÍODO					
	31.12.2019			31.12.2018		
<u>Contas de Resultado:</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Conservação da rodovia (b)</u>	<u>Despesas financeiras (c)/(d)</u>	<u>Despesas gerais (a)</u>
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(760)	(11.313)	-	-	(8.660)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	129	-	-	(434)	-	-
Total	<u>129</u>	<u>(760)</u>	<u>(11.313)</u>	<u>(434)</u>	<u>-</u>	<u>(8.660)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas

Autopista Fernão Dias S.A.

administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.

- (b) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris para execução do plano de investimentos emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$ 828 (R\$5.318 em 31 de dezembro de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do exercício findo de 31 de dezembro de 2019, a Sociedade reconheceu o montante de R\$809 a título de remuneração e encargos de seus administradores, adicionado de R\$2.392 relativo ao rateio da Holding, que totaliza R\$ 3.201 (R\$2.064 e R\$ 1.104, respectivamente, totalizando R\$ 3.168 em 31 de dezembro de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.400.

Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$2.546 e R\$2.362.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, depreciation and Amortization* consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Autopista Fernão Dias S.A.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

18. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2019
Cíveis	511	3.157	(685)	(2.061)	922
Trabalhistas	500	4.205	(639)	(2.074)	1.992
Regulatório	3.432	40	-	-	3.472
Total	<u>4.443</u>	<u>7.402</u>	<u>(1.324)</u>	<u>(4.135)</u>	<u>6.386</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	31.12.2018
Cíveis	591	2.662	(1.036)	(1.706)	511
Trabalhistas	561	2.376	(704)	(1.733)	500
Regulatório	4.213	-	-	(924)	3.432
Total	<u>5.365</u>	<u>5.038</u>	<u>(1.740)</u>	<u>(4.363)</u>	<u>4.443</u>

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$3.472 (R\$3.432 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$9.101 em 31 de dezembro de 2019 (R\$5.136 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$18.631 em 31 de dezembro de 2019 (R\$20.480 em 31 de dezembro de 2018) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os

Autopista Fernão Dias S.A.

valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	-	53.088	66.109	31.321	66.109	84.409
Adições/Reversões	-	43.854	-	32.967	-	76.821
Utilizações	-	(75.813)	-	-	-	(75.813)
Ajuste a valor presente	-	3.883	4.232	2.504	4.232	6.387
Transferências	65.815	31.157	(65.815)	(31.157)	-	-
Saldo em 31.12.2019	65.815	56.169	4.526	35.635	70.341	91.804

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	21.516	26.983	41.818	80.695	63.334	107.678
Adições/Reversões	-	75.047	2.837	(5.589)	2.837	69.458
Utilizações	(23)	(98.704)	-	-	(23)	(98.704)
Ajuste a valor presente	-	-	(39)	5.977	(39)	5.977
Transferências	(21.493)	49.762	21.493	(49.762)	-	-
Saldo em 31.12.2018	-	53.088	66.109	31.321	66.109	84.409

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referente às manutenções realizadas, foram de R\$ 86.125 (R\$ 88.970 em 31 de dezembro de 2018).

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.536.885 (R\$ R\$1.452.885 em 31 de dezembro de 2018), compostos por 2.284.105.562 ações ordinárias e sem valor nominal (2.134.105.562 em 31 de dezembro de 2018), integralizadas pelo valor de R\$1.480.385 (R\$1.401.385 em 31 de dezembro de 2018).

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
21.01.2019	AGE	Dinheiro	-	-	18.000
20.02.2019	AGE	Dinheiro	-	-	17.000
20.03.2019	AGE	Dinheiro	-	-	16.000
01.04.2019	AGE	Dinheiro	150.000	84.000	-
22.04.2019	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
06.05.2019	AGE	Dinheiro	-	-	1.000
21.06.2019	AGE	Dinheiro	-	-	5.000
22.07.2019	AGE	Dinheiro	-	-	10.000
05.08.2019	AGE	Dinheiro	-	-	2.000
20.08.2019	AGE	Dinheiro	-	-	9.000
			150.000	84.000	79.000

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

Autopista Fernão Dias S.A.

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

20. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Receita de serviços prestados	370.084	346.037
Receita de serviços de construção	94.322	143.931
Outras receitas	<u>18.864</u>	<u>13.598</u>
Receita bruta	483.270	503.566
ISSQN	(19.133)	(17.736)
PIS	(2.066)	(2.506)
COFINS	(9.544)	(11.564)
Outras deduções	<u>(205)</u>	<u>(174)</u>
Receita líquida	<u><u>452.322</u></u>	<u><u>471.586</u></u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesas:		
Com pessoal	(11.129)	(10.828)
Serviços de terceiros	(2.990)	(2.335)
Manutenção de bens e conservação	(1.140)	(1.185)
Consumo	(1.078)	(1.407)
Transportes	(186)	(655)
Seguros/Garantias	(13)	(12)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(6.078)	(3.298)
Comunicação e marketing	(512)	(941)
Indenizações à terceiros	(8)	(4)
Publicações legais	(198)	(203)
Depreciação / Amortização	(119)	(1.042)
Outros	<u>(1.678)</u>	<u>(1.703)</u>
Total	<u><u>(25.129)</u></u>	<u><u>(23.613)</u></u>
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Custos:		
Com pessoal	(33.969)	(33.144)
Serviços de terceiros	(26.767)	(32.154)
Conservação	(28.041)	(29.225)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(2.372)	(2.135)
Consumo	(6.763)	(7.655)
Transportes	(5.892)	(6.515)
Verba de fiscalização	(15.120)	(14.497)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(9)	(1.631)
Seguros / Garantias	(3.282)	(3.514)
Provisão de manutenção em rodovias	(76.821)	(69.458)
Custos de serviços da construção	(94.322)	(143.931)
Depreciação / Amortização	(130.688)	(119.551)
Outros	<u>(3.569)</u>	<u>(3.524)</u>
Total	<u><u>(427.615)</u></u>	<u><u>(466.934)</u></u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

Autopista Fernão Dias S.A.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.536	2.641
Outras receitas	<u>1.174</u>	<u>165</u>
Total	<u><u>3.710</u></u>	<u><u>2.806</u></u>
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(55.994)	(63.027)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(11.337)	(5.926)
Outras despesas	<u>(1.868)</u>	<u>(1.643)</u>
Total	<u><u>(69.199)</u></u>	<u><u>(70.596)</u></u>
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Variação cambial líquida:		
Variação cambial	<u>(23)</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>(23)</u></u>	<u><u>-</u></u>

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	16.069	45.428
Juros capitalizados	3.596	3.081
	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(109.978)	(124.502)

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do trimestre, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o trimestre.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(44.815)	(58.774)
Número de ações durante exercício	<u>2.246.708</u>	<u>1.930.621</u>
Prejuízo por ação	<u><u>(0,0199)</u></u>	<u><u>(0,0304)</u></u>

Autopista Fernão Dias S.A.

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis, conforme quadro a seguir:

	Nível	Mensuração (*)	31.12.2019		31.12.2018	
			Contabil	Valor Justo	Contabil	Valor Justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	Nível 2	1	10.819	10.819	14.319	14.319
Aplicações financeiras	Nível 2	1	12.500	12.500	5.093	5.093
Contas a receber clientes	Nível 2	2	23.202	23.202	18.972	18.972
Partes relacionadas ativas	Nível 2	2	35	35	-	-
Instrumento financeiro derivativo ativo	Nível 2	1	-	-	-	-
Dividendos a receber	Nível 2	2	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	29.216	29.216	27.435	27.435
Outros Créditos	Nível 2	2	193	193	781	781
			<u>75.965</u>	<u>75.965</u>	<u>66.600</u>	<u>66.600</u>
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2	519.845	519.845	583.005	583.005
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	2	37.146	37.146	-	-
Partes relacionadas passivas	Nível 2	2	2.884	2.884	1.403	1.403
Debêntures (**)	Nível 2	2	85.903	94.066	79.592	79.592
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	20.184	20.184	43.166	43.166
Taxa de fiscalização	Nível 2	2	1.276	1.276	1.228	1.228
Outras contas a pagar	Nível 2	2	8.105	8.105	6.788	6.788
			<u>675.343</u>	<u>683.506</u>	<u>715.182</u>	<u>715.182</u>

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

(**) Valor bruto de custo

quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Autopista Fernão Dias S.A.

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é predeterminada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Sociedade não apresenta saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e líquidos das aplicações financeiras.

Indicadores	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	4,50%	5,63%	6,75%
Receita de aplicações financeiras	2.180	2.725	3.269
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>2.180</u>	<u>2.725</u>	<u>3.269</u>
TJLP	5,57%	6,96%	8,36%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(41.394)	(48.849)	(56.304)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(41.394)</u>	<u>(48.849)</u>	<u>(56.304)</u>
IPCA	3,60%	4,50%	5,40%
Juros a incorrer - Debêntures	(3.093)	(3.866)	(4.639)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(3.093)</u>	<u>(3.866)</u>	<u>(4.639)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(42.307)</u>	<u>(49.990)</u>	<u>(57.674)</u>

Autopista Fernão Dias S.A.

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 3 de janeiro de 2020, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$17.911 (R\$15.355 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
BNDES Automático	9,05%	116.387	116.387	116.387	116.387	208.363	673.911
Debêntures - IPCA	12,28%	3.165	3.297	23.869	24.275	84.731	139.337
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	20.184	-	-	-	-	20.184
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	2.884	-	-	-	-	2.884
Outras contas a pagar	0,00%	8.105	-	-	-	-	8.105
		<u>150.725</u>	<u>119.684</u>	<u>140.256</u>	<u>140.662</u>	<u>293.094</u>	<u>844.421</u>

Autopista Fernão Dias S.A.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	01.10 a 31.12.2020	Total
BNDES Automático	9,05%	29.097	29.097	29.097	29.096	116.387
Debêntures - IPCA	12,28%	1.560	-	1.605	-	3.165
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	20.184	-	-	-	20.184
Fornecedores partes relacionadas	0,00%	2.884	-	-	-	2.884
Outras contas a pagar	0,00%	8.105	-	-	-	8.105
		<u>61.830</u>	<u>29.097</u>	<u>30.702</u>	<u>29.096</u>	<u>150.725</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*) Responsabilidade civil	180.000 20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	177.750

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$8.496 (R\$3.286 em 31 de dezembro de 2018).

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Autopista Fernão Dias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Fernão Dias S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em 20 de fevereiro de 2018 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 está sendo reapresentado. Em 27 de fevereiro de 2019 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial e fluxos de caixa estão sendo reapresentados. Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações contábeis essas demonstrações contábeis foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial por mudança de política contábil da Sociedade. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que "a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários". Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação ("tag") fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no "tag" e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exige consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar

suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio aceitável no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Ativo intangível - Avaliação do risco de redução do valor recuperável do ativo intangível

O ativo intangível é composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias e representa 86% do total do ativo nas demonstrações contábeis. A avaliação do valor recuperável do ativo intangível da Sociedade, que realiza obras de ampliação da capacidade e de melhoramento das rodovias que representam adições expressivas ao ativo intangível, foi significativa para a nossa auditoria, porque o processo de avaliação é complexo, envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração e baseia-se em premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. Dessa forma, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a utilização de especialistas para a avaliação da razoabilidade das premissas e das metodologias usadas pela Sociedade, em especial aquelas que se referem ao crescimento previsto da receita decorrente de arrecadação de pedágio, que pode ser impactado pela redução ou pelo crescimento econômico, pelas taxas de inflação esperadas, pela evolução demográfica, pelo volume de tráfego de veículos, entre outras premissas. As divulgações da Sociedade sobre o ativo intangível constam na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, que evidencia a natureza de cada concessão, bem como os investimentos em melhorias na infraestrutura previstos para os próximos anos; e na nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis, que demonstra a movimentação dos saldos de ativo intangível durante o exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos aceitável o valor do ativo intangível no contexto das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que

identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de fevereiro de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria Parecer

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Thouche Tohmatsu Auditores Independentes.

Declaração da Diretoria DF's

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações

Marcelo de Afonseca e Silva
Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas
Diretor de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no período findo em 31 de dezembro de 2019, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.